

Nakano diz que a proposta do País prevê conversão voluntária

por **Thais Bastos**
de Brasília

O titular da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (SEAE) do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, afirmou ontem que a proposta de conversão da dívida em títulos, apresentada pelo ministro Bresser Pereira ao secretário do Tesouro norte-americano, James A. Ba-

ker III, foi mal entendida. A proposta brasileira é de uma "conversão voluntária", segundo a qual o País emite bônus mantendo o valor real da dívida, desde que com juros menores e fixos, explicou.

"O entendimento de Baker foi no sentido de uma conversão unilateral, onde o Brasil decidiria por um desconto e emitiria bônus

já com o deságio", disse. A proposta brasileira, assinalou, pode ter distintos desdobramentos, como a possibilidade de pagamento de juros variáveis, pelo Brasil, uma vez concedido certo deságio. "Isso poderia ser estudado", admitiu.

A posição manifestada pelo ministro das Finanças do Japão, Kiichi Miyazawa, de apoio à proposta brasileira foi caracterizada por Nakano como uma opinião pessoal do ministro e não uma posição do governo japonês. Nakano preferiu não entrar em detalhes sobre a possível solução que o Japão poderá levar à reunião anual do FMI e do BIRD, a partir deste próximo dia 24, mas admitiu que conversou a respeito do assunto.

Ele esteve no Japão, onde tratou com bancos privados daquele país de projetos de investimento no Brasil, notadamente no setor elétrico e na importação de bens de capital. Sobre estes projetos o titular da SEAE afirmou não haver decisão final. Além deles, anunciou estudos de projetos novos, mas preferiu não revelar em que área, seu valor ou data de apresentação formal.

REFINANCIAMENTO DOS JUROS

Além da proposta brasileira de conversão da dívida de longo prazo (o principal, estimado em US\$ 70 bilhões junto aos bancos privados) em títulos, Nakano reafirmou que a delegação brasileira apresentará a proposta convencional de negociação dos juros que vencem em 87 e 88 (cerca de US\$ 7,2 bilhões) com base em "spread" zero. A ideia é refinar 100% neste ano e 60% dos juros de 88. "A forma tradicional é apenas uma maneira de empurrar o problema com a barriga à espera de soluções mais favoráveis", ressaltou.

CLASSIFICAÇÃO REBAIXADA

A possibilidade de o Brasil ser rebaixado à condição de "pagador não confiável", na reunião do comitê dos bancos credores que se realizará a 26 de outubro, será uma decisão política, ressaltou Nakano, afirmando considerar improvável qualquer atitude neste sentido, "uma vez que o País está em processo de renegociação da dívida". O titular da SEAE afirmou ainda que caso a

decisão fosse esta, o Brasil poderia deixar de pagar os juros do crédito de curto prazo (da ordem de US\$ 15 bilhões) tomado aos credores internacionais. Mais tarde, solicitado a confirmar a declaração, Nakano desmentiu-a, dizendo que "no caso de o rebaixamento ser feito o Brasil estudará seus próximos passos".

Nakano voltou a reiterar a impossibilidade de os países devedores pagarem, na forma tradicional, os juros de suas respectivas dívidas externas (que somam hoje algo em torno de US\$ 100 bilhões anuais), uma vez que as exportações, no global, estão caindo, so os cortes nas importações não viabilizam o pagamento. Lembrou que a alta dos juros internacionais que pressionaram a dívida externa dos países devedores foi provocada pelo déficit público dos Estados Unidos "e as nações endividadadas não têm responsabilidade sobre isso".